

Governo apoia construção depois de sector ter encolhido para metade

Medidas previstas pretendem travar desemprego e falências no sector, mas ainda vão demorar alguns meses a chegar ao terreno. Presidente da confederação do sector desvaloriza calendário eleitoral

Construção
Rosa Soares

O ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, apresentou ontem o plano de 50 medidas para apoiar a construção e o imobiliário como "um passo concreto e real para a reforma e relançamento sustentável do sector". Na agenda do Governo está um plano de recuperação de 85 mil postos de trabalho, e evitar que a taxa de desemprego nacional chegue aos 20%.

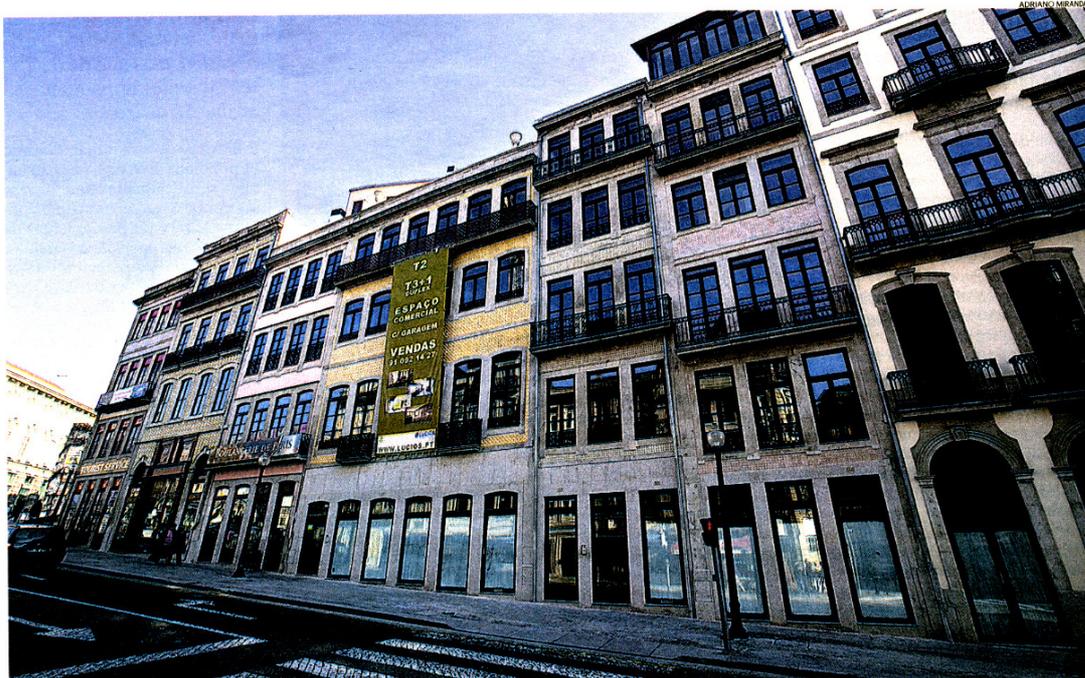
"O relançamento sustentável do sector", nas palavras de Álvaro Santos Pereira, acontece após um violento emagrecimento da indústria, visível na apresentação do secretário de Estado adjunto da Economia, Almeida Henriques, quando lembrou que o sector perdeu 50% da sua produção nos últimos 11 anos, o que se traduz numa perda de 351 mil empregos.

Depois de uma redução tão brusca da actividade, que só no ano passado arrastou 850 empresas para a falência, Reis Campos, presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CP-ICI) prefere olhar para as 50 medidas contratadas ontem como uma oportunidade para inverter a queda do sector.

Em declarações ao PÚBLICO, Reis Campos admite que algumas medidas vão demorar alguns meses a chegar ao terreno, mas prefere desvalorizar o facto de a sua implantação se aproximar do calendário das eleições autárquicas, a ocorrer no final do Verão.

Apesar de reconhecer que muitas das medidas representam reivindicações antigas do sector, o líder associativo diz que prefere valorizar as medidas agora anunciadas.

Luís Lima, presidente da Apemip, associação de empresas mediadoras imobiliárias, que integra a CP-ICI, disse ao PÚBLICO que "foi positivo, e pela primeira vez, ver o ministro da Economia preocupado com o sector da construção e do imobiliário". Depois de terem desaparecido 80% dos promotores imobiliários e das empresas de mediação estarem a sofrer uma redução brusca, Luís Lima diz esperar que as medidas "ajudem a inverter a actual situação", mas alerta que vai "estar atento ao seu cumprimento".



A reabilitação urbana é uma das apostas do novo plano, que pretende recuperar 85 mil postos de trabalho no sector

Números do compromisso

Financiamento entronca em vários programas

3700 milhões do QREN

É o total de verbas do QREN que será desbloqueadas em 2013 e 2014 para contratos de infra-estruturas e equipamentos de proximidade.

3000 milhões de libertação de cauções

Em 2013 será dada continuidade ao plano de libertação de cauções prestadas como garantia em obras públicas, para reforçar a liquidez das empresas.

700 milhões de pagamentos das dívidas das autarquias

No âmbito do Programa de

Apoio às Economias Locais, já foram desbloqueados 700 milhões de euros para as autarquias pagarem as suas dívidas, nomeadamente às empresas de construção.

200 milhões de euros

Serão verbas disponibilizadas no âmbito das linhas de financiamento PME crescimento, que passam a estar acessíveis às empresas do sector da construção, o que até agora não acontecia. Neste domínio será ainda dinamizada o acesso das empresas do sector às linhas Investe QREN e Investe QREN Export.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Albano Ribeiro, não foi convidado para a assinatura do compromisso que, garante, tem "muitas das medidas" que a estrutura sindical pediu ao anterior e ao actual Governo. Apesar de admitir que o plano já não chega a tempo de evitar muitos dramas sociais, como emigrações que terminaram em exploração, de ex-trabalhadores do sector a entregar a casa aos bancos e a ter de recorrer ao banco alimentar, Albano Ribeiro pede urgência na aplicação das medidas.

O secretário de Estado Almeida Henriques garantiu que o compromisso ontem assumido "não é um paliativo para o sector. É um complexo vitamínico, reflecte uma nova ambição para o sector, com apostas sustentáveis".

O compromisso apresentado ontem assenta em sete objectivos, o primeiro dos quais é a promoção

do emprego e das qualificações dos trabalhadores do sector, através de programas de qualificação e reconversão de desempregados e apoios a estágios profissionais e contratos de emprego para actividades de conservação e promoção de património. Segue-se a melhoria do acesso ao financiamento das empresas, designadamente através do acesso a linhas de financiamento públicas, à libertação de cauções e apoios às autarquias para procederem ao pagamento de dívidas ao sector (ver caixa). O plano aposta na promoção do investimento empresarial, através da reabilitação urbana, no âmbito do programa Jessica.

Segue-se a promoção de uma política de investimentos públicos estruturais, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), bem como medidas que visam a redução de custos de contexto e a promoção da sustentabilidade do sector.